

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIOS FINDOS EM 30/06/2022 e 31/12/2021
--

EM MILHARES DE REAIS

1) Histórico e Contexto Operacional

A TECNOSOLO S/A foi fundada em 17 de outubro de 1957, dedicando-se às atividades ligadas a mecânica de solos, sondagens, fundações e contenções de encostas e ao controle tecnológico de qualidade e construção civil, incluindo-se mais tarde no objetivo social as atividades de estudos, projetos e gerenciamento de empreendimentos e, mais recentemente, a construção civil e a incorporação de empreendimentos imobiliários. Sua atuação cobre, assim, atualmente as mais diferentes atividades no campo da engenharia.

2) Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações financeiras da companhia referentes aos exercícios encerrados em 30/06/2022 e 31/12/2021 foram elaboradas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e procedimentos contábeis estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. As receitas e despesas foram reconhecidas pelo regime de competência dos exercícios. Está sendo apresentada a consolidação das demonstrações financeiras da Tecnosolo Engenharia S.A. e da Subsidiária Integral (nota 24), Tecnosolo Serviços de Engenharia S.A., a qual teve a suas atividades iniciadas em setembro de 2013.

3) Principais Práticas Contábeis

3.1. Aplicação da Lei 11.638/07

As demonstrações financeiras da companhia foram apresentadas em conformidade com a Lei nº 11.638/07 e a Lei nº 11.941/09, sendo irrelevantes os efeitos sobre o patrimônio dos exercícios findos em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, no que se refere ao ajuste de perda por impairment e ajuste a valor presente de contas a receber e a pagar, e por este motivo não registradas.

3.2. Adoção inicial dos IFRs (CPCs)

Em todos os períodos anteriores, incluindo os atuais, a Companhia preparou suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos do CPC e normas complementares da CVM vigentes naquele exercício. As demonstrações financeiras para o exercício findo em

30 de junho de 2022 e o exercício findo em 31/12/2021 foram preparadas de acordo com os pronunciamentos do CPC.

3.3. Principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração dessas demonstrações são as seguintes:

3.3.1. Apuração e apropriação do resultado de obras por empreitada e por administração

- **Reconhecimento da Receita**

As receitas de prestação de serviços a este título são reconhecidas em função das medições e progresso físico das obras, seguindo assim o regime de competência.

- **Reconhecimento de custos e despesas**

Os custos e despesas são apurados e reconhecidos em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios, ou seja, quando mensuráveis e incorridos de acordo com o progresso físico das obras.

3.3.2. Ativos circulantes e não circulantes

- **Disponibilidades e aplicações financeiras**

As aplicações financeiras estão avaliadas ao valor de custo, acrescidas dos rendimentos auferidos.

- **Contas a Receber**

São serviços medidos e faturados não recebidos, prestados em sua maioria ao Governo (Federal, Estadual e Municipal), ajustado ao valor presente até 31/12/2012, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários. Até 30/06/2022 e em 2021 não foram apropriados ajustes a valor presente.

As Outras Contas a Receber representam Cauções e Medições a Faturar. As Cauções e Retenções tratam-se de valores dados como garantias ao serem firmados contratos de prestação de serviços, sendo estes devolvidos e recuperados pelos clientes no término do contrato. Já as Medições a Faturar representam os serviços efetivamente realizados, cujas medições das obras estão

em processo de aprovação e o faturamento consta ainda em fase de execução, cujos custos destes contratos também foram reconhecidos.

- **Estoques**

Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição, o qual não ultrapassa seu valor de mercado, sendo utilizado de acordo com a necessidade dos contratos para execução dos serviços. Com a atividade de incorporação e empreendimentos imobiliários foram registrados também os custos incorridos e o valor do bem imóvel destinado à venda, sendo estes custos reconhecidos em resultado à medida que os imóveis forem vendidos.

- **Investimentos e Equivalência Patrimonial.**

O Investimento em empresa Subsidiária Integral (SI) é avaliado pelo método de equivalência patrimonial e refere-se à controlada TECNOSOLO SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A. (Nota 24), onde 100% dos resultados desta no montante de (R\$ 72.219,62) em 30/06/2022 foram refletidos na empresa controladora TECNOSOLO. A SI apresenta Capital Social de R\$ 90.601 mil, equivalentes a 90.601.220 ações ordinárias nominativas e Patrimônio Líquido de R\$ 90.683 mil em 30/06/2022.

- **Imobilizado**

São apresentados ao custo histórico, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. As depreciações são computadas pelo método linear, levando em consideração as taxas descritas na Nota 12 e reconhecidas no resultado do período. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

- **Arrendamento Mercantil**

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos no ativo imobilizado pelo valor do bem e no passivo de empréstimos e financiamentos pelo valor das parcelas obrigatórias do contrato, deduzido, em conta redutora, dos juros implícitos, os quais são apropriados ao resultado de acordo com a duração do contrato pelo método da taxa de efetiva de juros. Os contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa numa base sistemática que represente o período em que o benefício sobre o ativo arrendado é obtido, mesmo que tais pagamentos não sejam feitos nessa base.

- **Intangível**

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém, são submetidos a teste anual de redução do valor recuperável, quando o caso. As marcas e patentes encontram-se a valores históricos.

3.3.3. Passivos circulantes e não circulantes

Os passivos circulantes e não circulantes são reconhecidos no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São registrados ao valor presente, transação a transação, com base em taxa de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

3.3.4. Provisões

Os passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos foram mensuráveis com suficiente segurança.

Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

As estimativas de ganhos e perdas são frequentemente avaliadas pelos assessores jurídicos da Companhia, com base nas premissas que são informadas, desta forma são reavaliadas as provisões contábeis efetuadas.

3.3.5. Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de “impairment”)

A Administração avalia anualmente, a necessidade de o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para atividade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível com base em contrato de venda firme em uma transação em bases cumulativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há

contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, não foram apuradas perdas a serem contabilizadas. A empresa Subsidiária Integral mantém seus ativos valorados em conformidade com o Plano de Recuperação Judicial, corroborando o potencial da empresa e o valor justo atribuído ao acervo técnico, como ativos capazes de gerar resultados e assim cumprir com a recuperação gradativa da empresa. A Cia. ingressa com Recurso Extraordinário junto à CVM-Comissão de Valores Mobiliários visando garantir seu direito à avaliação desses ativos, em conformidade com o estabelecido no Plano de Recuperação Judicial, e que foram dados em subscrição do capital social de sua Subsidiária Integral (nota 23), portanto, sem o ajuste de impairment (redução ao valor recuperável), seguindo orientação do Juízo da 7ª. Vara Empresarial através de seu administrador judicial.

3.3.6. Ajuste a valor presente

Os ativos circulantes nos quais possam ter perdas relevantes são ajustados a valor presente, utilizando a taxa de desconto de 1% a.m. A administração da Companhia entendeu como não significativo e não calculou nem provisionou o efeito de ajuste a valor presente dos ativos circulantes em 30/06/2022 e em 2021.

3.3.7. Transações entre Partes Relacionadas

De acordo com a Deliberação CVM nº 26/86, não há transações entre partes relacionadas nas demonstrações financeiras da companhia, a não ser o saldo residual de mútuo com empresa subsidiária integral, conforme registrado na nota 19.

4. Devedores por Decisão Judicial

4.1. Os valores registrados como Itens Extraordinários referem-se ao Processo judicial n. 14095474525-7, que tramita perante a 5ª Vara da Fazenda Pública – Salvador - BA, proposto pela TECNOSOLO ENGENHARIA S.A, contra a SURCAP - Superintendência de Urbanização da Capital – Município de Salvador – BA, cuja sentença encontra-se transitada e julgada procedente para a empresa desde Setembro de 2004. Com base em parecer da assessoria jurídica, após a sentença transitada e julgada junto ao STJ, a administração incluiu o saldo creditório da citada demanda, nas demonstrações financeiras da empresa, adotando a partir do exercício de 2005 a contabilização do valor integral da ação.

4.2. Estes cálculos foram elaborados por Escritório de contabilidade e Perícia Judicial do Rio de Janeiro. Na data de 30 de Março de 2017, a TECNOSOLO protocolou junto ao Juízo da 5ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Salvador - BA, petição contendo novo laudo pericial, demonstrando

objetivamente, o total descumprimento da SUCOB-SSA com relação aos 2 acórdãos de Setembro/2004 e Agosto/2015, que julgaram de forma definitiva, tanto quanto a questão do valor inicial a ser considerado (Acórdão de Setembro/2004) como também, quanto ao critério de correção deste valor (Acórdão de Agosto/2015).

4.3. Conforme Comunicados efetuados pela Cia. ao Mercado nos dias 21/12/2017, 17/01/2018 e 16/02/2018, ressalta-se que o MM. Juízo da 5ª Vara da Fazenda Pública de Salvador, em 19/12/2017, proferiu a seguinte decisão: “Em relação à discussão do valor do débito entre a Tecnosolo e a SUCOP, resolvo diante das reiteradas alegações determinar a expedição de Precatório do valor incontroverso (aquele admitido pela SUCOP) no montante de R\$ 85.806.980,72 (oitenta e cinco milhões, oitocentos e seis mil, novecentos e oitenta reais e setenta e dois centavos), na forma autorizada pelo § 4º do artigo 535 do CPC, ficando o valor residual sustentado pela empresa autora/exequente para ser examinado em momento subsequente. Cumpra-se imediatamente. Após a questão ter sido objeto de nova deliberação judicial, foi proferida decisão judicial no dia 11/05/2018, acolhendo os cálculos da Tecnosolo e, assim, fixando o valor do saldo remanescente em RS 23.884.313,11 (atualizado até 17/10/2017), Decisão que já Transitou em Julgado, sem a interposição de qualquer recurso. Neste momento, aguarda-se o despacho de mero expediente para que seja expedido o Precatório Judicial relativo ao valor remanescente acima indicado, com previsão de ocorrer no 2o semestre de 2022.

4.4. Assim sendo, informamos o registro do referido ativo judicial, ainda que sujeito a fatos subsequentes, pelas condições específicas de avaliação judicial, acima mencionadas:

ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		
Itens Extraordinários		
<u>Devedores por decisão judicial</u>	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Precatório Crédito Total do Exequente	125.582	124.577
(-) Prov. Honorários Advocatícios	(21.027)	(20.826)
Saldo Incontroverso – ajustado conforme despacho Juiz em 19/12/2017 (vr. atualizado)	104.555	103.752

5. Obra do Velódromo Olímpico-Rio2016

5.1. Em 25/02/2016, a Prefeitura assina TERMO DE ACORDO com a TECNOSOLO e o Administrador Judicial desta, escolhendo o Juízo da 7ª Vara Empresarial como Foro para resolver as questões financeiras entre RioUrbe/Município e TECNOSOLO, já que a TECNOSOLO executou diretamente 83,15% do Velódromo Olímpico até Fev/2016, percentual físico-financeiro este

atestado pela própria RioUrbe, SMO/Prefeitura, Gerenciadora, CEF e Ministério dos Esportes, contra apenas 67,07% recebidos;

5.2. Em 26/02/2016, o Juízo da 7ª Vara homologa o TERMO DE ACORDO;

5.3. Em 23/05/2016, em função do descumprimento pela Prefeitura do TERMO DE ACORDO homologado pelo Juízo, a Cia. emitiu COMUNICADO AOS ACIONISTAS informando que em 06/05/2016, o Juízo da 7ª Vara Empresarial bloqueou aproximadamente R\$ 23 milhões da Prefeitura, correspondentes aos 83,15% do valor do Contrato performado pela TECNOSOLO (fase obra), percentual este e valores resultantes, auditados e verificados pelo próprio Juízo, através de seu Administrador Judicial e peritos auxiliares, além de farta documentação comprobatória dos próprios Órgãos Fiscalizadores e Financiadores;

5.4. Em 15/07/2016 o Juízo da 7ª Vara Empresarial ratifica o bloqueio de aproximadamente R\$ 23 milhões da RioUrbe/Prefeitura;

5.5. Quanto ao bloqueio dos R\$ 23 milhões de contas a receber pela realização da obra do VELÓDROMO e correspondente execução judicial da dívida, se discute atualmente o foro competente, e não a legitimidade do valor dos serviços prestados, cuja execução efetuada pelo Juízo da 7ª. Vara Empresarial nas contas da RIOURBE e PREFEITURA DO MUNICÍPIO RJ, temos a esclarecer que, o resultado do julgamento realizado em 14/02/2016 pela 9ª. Câmara Cível do TJRJ, prolatou por 2 votos contra 1, que o foro competente para esta demanda seria o da VARA DA FAZENDA PÚBLICA.

5.6. No entanto, esclarecemos que a execução judicial do valor acima prosseguirá, ou pela Vara da Fazenda Pública ou ainda pela Vara Empresarial.

Cabe destacar, um dos parágrafos de um dos embargos feito pelo ADMINISTRADOR JUDICIAL: “Registre-se o oportunismo do agravante/embargado, que ora subscreve petição ao juízo da recuperação judicial, requerendo que este atenda à pretensão da administração pública para anuir à subcontratação integral, ora dirige-se à esta corte dizendo que o mesmo juízo ao qual procurou para satisfazer suas pretensões, ao implementar as avenças subscritas por ele próprio suscita-o como incompetente, O NOME DESSA PRÁTICA É MÁ FÉ PROCESSUAL.”

5.7. Assim, verifica-se que o ente público, na pessoa do próprio Prefeito do RJ, Sr. Eduardo Paes, assistido pelo Procurador Geral, ter exigido que o “ACORDO” fosse realizado não perante a qualquer Juízo, mas sim, na Vara Empresarial que processava a recuperação judicial da TECNOSOLO. Por isto, que o Ministério Público, em seu documento datado de 22/11/2016, havia encerrado a discussão da seguinte forma: “Por ambas as razões, afigura-se legítima e oportuna a decisão agravada ao determinar o bloqueio de receitas orçamentárias da RIOURBE, a fim de dar cumprimento aos termos ajustados, sendo igualmente incontestável a competência do Juízo Empresarial para deliberar sobre a questão.”

5.8. O referido Processo foi alçado para Decisão do STJ, sobre a questão da Competência da Execução, prosseguir pela Vara Empresarial ou pela Vara da Fazenda Pública. Vide nota explicativa 25.13 a seguir.

5.9. Pelo exposto, as Demonstrações Financeiras da Cia. Em 31/12/2021 e em 31/12/2020, estão estruturadas no pressuposto do recebimento da referida parcela ora registrada no Ativo Circulante. O referido saldo está em conformidade com o critério contábil P.O.C. – Percentual Of Completion, para o reconhecimento dos resultados com base no progresso físico-financeiro da obra e assim apropriando-se o valor de R\$ 23.240.000,00 como Contas a Receber na empresa Subsidiária Integral.

6) Disponibilidades

	30/06/2022	31/12/2021
Caixa	7	7
	7	7

7) Contas a Receber e Cauções e Retenções

	30/06/2022	31/12/2021
Clientes e Medições a Faturar	178	178
	178	178

8) Estoques

	30/06/2022	31/12/2021
Imóveis destinados à Venda	3.300	3.300

9) Impostos a Compensar

	30/06/2022	31/12/2021
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	1.272	1.272
Contribuição Social Retida s/ Faturas	225	225
INSS Retido s/ Faturas	837	837
Saldo Negativo de IRPJ	3.096	3.096
PIS Abono	30	30
Saldo Negativo de CSLL	725	725
INSS a Compensar	390	390
ISS a Compensar	932	932
FGTS a Compensar	2	2
PIS Retido	91	91
COFINS Retido	418	418

8.048	8.048
--------------	--------------

São registrados impostos retidos no recebimento do faturamento e saldos negativos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, reduzindo o saldo à medida que forem compensados com impostos a pagar

10) Outros Ativos Circulantes

10.1. Adiantamentos

	30/06/2022	31/12/2021
Adiantamentos a Fornecedores	137	137
	137	137

Registram os pagamentos na contratação de fornecedores de materiais, bens e serviços à título de antecipação para cobertura de custos na colaboração de produtos específicos, só fornecidos sob encomenda. Também estão registrados os adiantamentos de salários pelos respectivos pagamentos.

11) Depósitos Judiciais

	30/06/2022	31/12/2021
Reclamações Trabalhistas	2.622	2.622
	2.622	2.622

Estes valores compõem-se de reclamações trabalhistas e depósitos judiciais, as quais os processos judiciais constam em julgamento, pendentes de decisão.

12) Imobilizado

Demonstrados pelo valor de custo de aquisição deduzidos da depreciação. A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas anuais levando em consideração a vida útil econômica dos bens. Representado como segue:

	TAXAS ANUAIS DE DEPRECIAÇÃO	VALOR LÍQUIDO 30/06/2022	VALOR LÍQUIDO 31/12/2021
Móveis e Utensílios	10%	75	96
Terrenos	-	680	680
Instalações	10%	-	-
Leasing e Consórcio - Imobilizado Arrendado	-	788	788
	-	1.543	1.564

13) Intangível

	30/06/2022	31/12/2021
Marcas e Patentes	35	35
Software	157	177
	192	212

14) Obrigações Sociais

	30/06/2022	31/12/2021
INSS a Pagar	5.188	5.188
FGTS a Pagar	2.267	2.267
Sindicato de Classe	462	462
	7.917	7.917

15) Obrigações Trabalhistas

	30/06/2022	31/12/2021
Salários a Pagar	11.687	11.044
Rescisões a Pagar	426	426
Férias a Pagar	902	902
Quitações a Pagar	4.780	4.780
Honorários do Conselho Fiscal	51	51
Diárias e Ajudas de Custo	50	50
Pensão Alimentícia	25	25
Empréstimos Consignados	16	16
Vale Alimentação	3	3
Vale Transporte	3	3
	17.946	17.303

16) Fornecedores

	30/06/2022	31/12/2021
Fornecedores	50.111	50.768

Registram as compras de materiais e aquisição de serviços que ainda não foram pagos, utilizados na execução da prestação do serviço.

17) Obrigações Fiscais

	30/06/2022	31/12/2021
Imposto de Renda Retido na		
Fonte(IRRFF)	4.353	4.428
PIS a Pagar	1.042	1.042
COFINS a Pagar	4.865	4.865
Tributos Lei 10.833/03	1.136	1.136
ISS a Pagar	6.026	6.026
Parcelamento de FGTS	2.427	2.427
Parcelamento de INSS	11.322	11.322
Parcelamento de PIS e COFINS	4.686	4.686
Refis	16.443	16.443
Juros a Apropriar – Parcelamentos		
Federais	(873)	(873)
Parcelamento de ISS	863	863
Prov. IRPJ e CSLL Diferidos	27.732	27.732
Outros	3.822	3.822
	83.844	83.919
Passivo Circulante	20.789	20.864
Passivo Não Circulante	63.055	63.055

A dívida tributária está representada pelo valor original do imposto devido. Os parcelamentos são acrescidos de encargos e atualização de acordo com a legislação. Encontra-se em apuração com Receita Federal do Brasil o saldo efetivo de impostos e contribuições federais de períodos anteriores para conclusão de um processo consolidado de parcelamento. No atual estágio, não é possível determinar com segurança o referido montante líquido das compensações tributárias, razão pela qual o saldo de provisões do quadro acima está sujeito a modificações.

18) Empréstimos e Financiamentos

	PASSIVO CIRCULANTE 30/06/2022	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO 30/06/2022	PASSIVO CIRCULANTE 31/12/2021	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO 31/12/2021
Banco Banrisul	1.416	2.093	1.416	2.093
Bic Banco	3.292	-	3.292	-
Banco Itaú	288	757	288	757
Banco Safra	197	143	197	143
Banco Blackwood	1.136	-	1.136	-
Banco BVA	1.129	27.563	1.129	27.563
Banco Mercantil	330	5.146	330	5.146
Encargos a Apropriar	(5.655)	(7.306)	(5.655)	(7.306)
Outros	1.686	-	1.493	-
	3.819	28.396	3.626	28.396

18.1. Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos no passivo circulante quando vencíveis dentro do exercício social e, no exigível a longo prazo a serem liquidados no exercício seguinte. Os empréstimos registrados referem-se a contratos de abertura de crédito de Capital de Giro acrescidos de encargos financeiros variáveis, garantidos por aval dos acionistas controladores e contratos de prestação de serviços.

18.2. Os saldos acima estão inseridos na classe 3 para fins de pagamento aos respectivos credores nos termos do processo de recuperação judicial. Estes valores estão sujeitos à negociação de atualização e quitação futura, cujos efeitos somente serão conhecidos quando da conclusão dessas negociações por incluir a sua quitação por meio dos direitos creditórios registrados como Itens Extraordinários no Balanço, os quais se referem ao Processo judicial n. 14095474525-7, que tramita perante a 5ª Vara da Fazenda Pública – Salvador - BA, proposto pela TECNOSOLO ENGENHARIA S.A, contra a SURCAP - Superintendência de Urbanização da Capital – Município de Salvador – BA, cuja sentença encontra-se transitada e julgada procedente para a empresa desde Setembro de 2004 (nota explicativa número 04).

19) Outras Obrigações

	30/06/2022	31/12/2021
Dividendos	1.119	1.119
Credores Diversos	1.180	1.180
Cauções Retidas de Terceiros	46	46
Contrato de Mútuo	13.171	13.171

15.516	15.516
--------	--------

20) Provisões de Férias

	30/06/2022	31/12/2021
Provisão de Férias	896	896
Provisão de Encargos s/ Férias	298	298
	1.194	1.194

As Provisões de Férias são constituídas mensalmente com base no saldo existente acrescida dos respectivos encargos sociais.

21) Provisões para Contingências

	30/06/2022	31/12/2021
Processos Trabalhistas	5.415	5.415

As provisões contabilizadas referem-se principalmente a contestação em processos trabalhistas, envolvendo diversas reclamações trabalhistas propostas por ex-colaboradores, estabelecida com base nas opiniões de consultores jurídicos da Companhia em que a perda é provável.

22) Capital Social

Em 20 de abril de 2016, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária para aprovação da proposta de grupamento de ações da companhia. Foi aprovado por unanimidade o fator de grupamento das ações de emissão da companhia, na proporção de 15 (quinze) ações para 1 (uma) ação da mesma espécie, sem modificação do valor do capital social, de forma que o capital passe a ser representado por 6.620.339 ações nominativas sem valor nominal, sendo 2.353.672 ações ordinárias e 4.266.666 ações preferenciais, alterando-se o *caput* do artigo 4º do estatuto social.

O capital social é de R\$ 14.922 mil, dividido em 6.620.339 ações, sendo 2.353.672 ações ordinárias e 4.266.666 ações preferenciais. As ações preferenciais terão prioridade ao reembolso de Capital em caso de liquidação da Companhia e, na distribuição de dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido.

23) Ajustes de Avaliação Patrimonial

23.1. Laudo de Avaliação

Com base em Laudos de Avaliação com empresas especializadas a Companhia atribuiu valor justo no exercício de 2013, aos seguintes ativos:

EM REAIS					
IMOBILIZADO / INTANGÍVEL	VLR ORIGINAL	DEPRECIAÇÃO	VLR. LÍQUIDO	VLR. JUSTO	DIFERENÇA
EDIFICAÇÕES E CONSTRUÇÃO	4.962.573,30	1.694.956,93	3.267.616,37	14.089.500,00	10.821.883,63
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	14.240.249,53	8.676.973,34	5.563.276,19	8.589.970,00	3.026.693,81
VEICULOS	1.609.850,54	1.403.513,97	206.336,57	387.000,00	180.663,43
ACERVO TÉCNICO	-	-	-	16.294.000,00	16.294.000,00
MARCAS TECNOSOLO	-	-	-	51.240.750,00	51.240.750,00
TOTAL	20.812.673,37	11.775.444,24	9.037.229,13	90.601.220,00	81.563.990,87

23.1.1 Integralização do Capital Social de Subsidiária Integral.

Estes ativos foram dados como total integralização do Capital Social da Subsidiária Integral Tecnosolo Serviços de Engenharia S.A. (Nota 24).

23.2. Critério contábil

A contrapartida contábil da avaliação a valor justo efetuada no exercício de 2013, está refletida no resultado do exercício, na conta “Avaliação a Valor Justo” e “Provisão para IRPJ e CSLL Diferidos”, no montante de:

Valor da variação da avaliação ao valor justo	81.564
Provisão para IRPJ e CSLL Diferidos	<u>(27.732)</u>
Valor Líquido	53.832

24) Constituição da Subsidiária Integral.

Em 13 de setembro de 2013 foi constituída a empresa Subsidiária Integral (SI), com o intuito de dinamização dos negócios da Cia., denominada Tecnosolo Serviços de Engenharia S.A., com participação de 100% do seu Capital Social.

24.1. Capital Social da SI

O Capital Social da SI foi totalmente subscrito e integralizado no exercício de 2013, com a versão de parte dos Ativos da Controladora Tecnosolo Engenharia S.A., sendo:

IMOBILIZADO / INTANGÍVEL	VALOR
EDIFICAÇÕES E CONSTRUÇÃO	14.090
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	8.590
VEÍCULOS	387
ACERVO TÉCNICO	16.294
MARCAS TECNOSOLO	51.240
TOTAL	90.601

25. Recuperação Judicial

25.1. Em 03 de agosto de 2012, a Companhia informou que ajuizou o pedido de recuperação judicial, através do processo no. 0314091-97.2012.8.19.0001 em trâmite na 7ª Vara Empresarial da Comarca da capital do Rio de Janeiro, em conformidade com a Lei no. 11.101/05. O pedido de recuperação judicial mostrou-se inevitável diante do agravamento da situação econômico-financeira da Companhia e para proteger a continuidade dos serviços por ela prestados.

25.2. Em 29 de agosto de 2012, foi deferido o processamento da recuperação judicial, nomeando o administrador judicial e determinando a suspensão de todas as ações e execuções, na forma do art. 6º. da Lei no. 11.101/05.

25.3. Em 09 de novembro de 2012 foi apresentado nos autos, o Plano de Recuperação Judicial em atendimento ao artigo 53 da Lei no 11.101/05.

25.4. Em 24 de julho de 2013, em Assembleia Geral dos Credores foi aprovado o Plano de Recuperação Judicial, tendo sido homologado pelo Juiz da 7ª Vara Empresarial da Comarca da capital do Rio de Janeiro.

25.5. A TECNOSOLO protocolou petição em 07/08/17 perante o Juízo da 7ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro, pedindo autorização para ser realizada Nova Assembléia Geral de Credores, visando à apresentação de Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial aprovado, com o objetivo de oferecer formas alternativas de pagamentos aos Credores.

25.6. Conforme já informado ao Mercado, através de Comunicado, foi autorizado no dia 03/10/17, por despacho do Juiz da 7ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro, a apresentação pela TECNOSOLO de Termo Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial, contendo NOVAS E EFETIVAS SOLUÇÕES DE MERCADO, com vistas a realização de Nova Assembleia Geral de Credores.

25.7. Em 23/11/2017 a Cia. fez Comunicação ao Mercado de que “A TECNOSOLO ENGENHARIA S/A, em Recuperação Judicial, informa a seus Acionistas, Investidores, Parceiros e ao Mercado de uma forma geral, que o Ministério Público em 21/11/17, expediu Parecer favorável perante ao Juízo da 7ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro, quanto ao ADITIVO AO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL, apresentado pela TECNOSOLO.”

25.8. No tocante a Novos Negócios, os Aditivos ao Plano de Recuperação, apresentam o denominado “PLANO ESTRATÉGICO DA TECNOSOLO” que enfocou as reais possibilidades de negócios da Empresa, sendo imprescindível as associações ou parcerias com os grupos estrangeiros que a TECNOSOLO vem desenvolvendo, apresentando a linha de ação que está implementando e informando, sobre as tratativas, que indicam fortes possibilidades de êxito para alicerçar a factibilidade de conclusão dos Negócios..

25.9. Em 08/11/2017, a Cia. fez Comunicação ao Mercado de que no âmbito da recuperação judicial da Companhia, foi protocolado na data de 07/11/2017, para oportuna submissão e apreciação dos credores da Recuperanda, Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial (“Aditivo ao Plano”) que contempla a capitalização da Tecnosolo Serviços, companhia fechada com capital social de R\$ 90 milhões e acervo técnico extraordinário, plenamente capacitada a continuar operando e a gerar caixa que, confia-se, possibilitará, em conjunto com outros ativos, saldar o passivo dela própria e também o da Recuperanda. Segundo os termos do Aditivo ao Plano, quando da aprovação deste pela competente Assembleia Geral de Credores, a se realizar em 09/04/2018 em segunda convocação, a Tecnosolo Serviços será transformada em “Unidade Produtiva Isolada – UPI”, para fins do inciso II, do parágrafo 2º, do artigo 133, da Lei nº 5.172/66 (CTN). Em tal contexto, terceiros passarão a integrar o capital da Tecnosolo Serviços, sejam eles credores de natureza trabalhista ou quirografária, concursais ou extraconcursais. Assim, a Companhia e sua administração, em observância ao artigo 155, inciso II, da Lei nº 6.404/76 e baseadas no espírito que norteia o comando inscrito no artigo 253, da mesma Lei, pretendem atribuir gratuitamente aos acionistas da Recuperanda, de forma pro rata, a totalidade de ações ordinárias de emissão da Tecnosolo Serviços que a Companhia é titular nesta data, possibilitando a tais acionistas passarem a participar diretamente do capital da Tecnosolo Serviços.

25.10. Nos termos do Comunicado feito ao Mercado em 08/09/2018, atendendo ao despacho do Juízo da 7ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro, a TECNOSOLO S/A, protocolou petição em 30/05/18, contendo 22 laudos e aproximadamente 600 páginas de anexos, onde demonstrou o “nível atual de atividade empresarial da Recuperanda e de sua Subsidiária Integral”. Em

04/09/2018, o Juiz remeteu ao Administrador Judicial e ao MP, a referida petição para que estes se pronunciem. A TECNOSOLO S/A, não tem dúvidas de que as informações serão confirmadas pelo Administrador Judicial que mantém um rígido acompanhamento das atividades da Empresa. O objetivo da referida petição de 30/05/2018 e dos respectivos pareceres do AJ e do MP, visam dar subsídios ao Juízo, para que este delibere quanto a aprovação do 2º aditivo ao PRJ, de acordo com o parágrafo primeiro do ART 58 da LRF, conforme já informado ao Mercado no Comunicado de 21/04/2018;

25.11. Informamos que o Ministério Público Federal (3ª. instância), acompanhando os posicionamentos dos Ministérios Públicos de 1ª. e 2ª. instâncias, no dia 12/12/2018, manifestou o entendimento seguinte: ***“ o juízo recuperacional é o mais preparado para analisar as transações que envolvam a empresa em recuperação. Dessa forma, deve-se reconhecer a sua competência para homologar o acordo realizado entre os contendentes e, conseqüentemente, presidir os atos necessários ao seu fiel cumprimento.”***

25.12. Informamos que em 20 de outubro de 2020, a 2ª seção do STJ, manteve a decisão da 2ª. instância do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO DE JANEIRO, não dando provimento ao agravo interno dos embargos de divergência, quanto a competência do acordo celebrado com a Prefeitura do Rio de Janeiro, tendo sido definido a vara da Fazenda Publica, em detrimento a vara empresarial, onde corre a recuperação judicial da TECNOSOLO, pois assim o bloqueio do valor devido a CIA, poderia ter maior celebridade.

25.13. Quanto a decisão do STJ acima (25.12), informamos que a TECNOSOLO impetrou em 16/11/2020, o competente “Embargo de Declaração do Agravo Interno dos Embargos de divergência, sendo que , em 22/09/2021 , a 2a Seção do STJ definiu como Vara competente a da Fazenda Pública.

25.14. Em relação a possíveis efeitos da pandemia de coronavírus na condução das atividades da Tecnosolo, informamos que a Cia vem tomando os devidos cuidados e responsabilidade social, para evitar sua disseminação.

26) Lucro/Prejuízo por Ação e Valor Patrimonial da Ação

26.1. O prejuízo por ação no exercício em 30/06/2022 foi de R\$ 0,0279 e no exercício de 2021 foi de R\$ 0,0425. O valor patrimonial das ações no em 30 de junho de 2022 é de (R\$ 0,1152) e no exercício de 2021 é de (R\$ 0,0873).

27) Outras Receitas Operacionais

	30/06/2022	31/12/2021
Itens Extraordinários	328	1.518
	<u>328</u>	<u>1.518</u>

28) Demonstrações financeiras consolidadas e Destinação dos Lucros da empresa Subsidiária Integral.

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas:

- a) A subsidiária Integral é uma empresa na qual a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais.
- b) Transações entre a companhia e a SI, quando existentes, são eliminados. Na consolidação foram eliminadas as parcelas correspondentes aos saldos dos ativos e passivos (mútuo) entre as sociedades.
- c) As políticas contábeis da controlada podem ser alteradas e as suas demonstrações financeiras ajustadas, quando necessário, para assegurar a consistência dos dados financeiros a serem consolidados com as políticas adotadas pela Controladora.
- d) O método de avaliação foi com base na equivalência patrimonial sendo eliminada na consolidação, onde o resultado da Cia. Controladora, é idêntico ao resultado consolidado.
- e) A Subsidiária Integral mantém saldo de rescisões a pagar no montante de R\$ 2.749 mil, pela desmobilização da obra do Velódromo, sendo resultante do inadimplemento do cliente Rio-Urbe que, no entanto, se espera obter êxito na execução da dívida no exercício de 2022, assim gerando o caixa necessário para a quitação das referidas rescisões, por esta Subsidiária Integral.

30) Instrumentos Financeiros

Os principais instrumentos financeiros, de acordo com a Instrução CVM nº 475/08, existentes em 30/06/2022 e em 31/12/2021 são: aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos, cujos saldos estão registrados por valores baseados em taxas e encargos contratuais, equivalentes aos de mercado e os empréstimos e financiamentos com base nos saldos aprovados em Assembleia Geral de Credores.

30.1 Instrumentos Financeiros Derivativos

Em conformidade com a Deliberação CVM nº 550 de 17/10/08, não há informações de instrumentos financeiros derivativos nas demonstrações financeiras.

DIRETORIA

Marcelo Sénges Carneiro – Diretor – Presidente; Leonardo Cavalcanti de Moraes Camacho – Diretor; Kátia Mosso Ferreira – Diretora Vice-Presidente; **Contador** – Milton Marotti Rapizo – CRC-RJ 022.267/O-9.